

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Bianca Silva Costa¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
bibac@portoweb.com.br

Maria Elly Genro²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
mariaellyh8@gmail.com

Juliana Zirger³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
juliana.zirger@gmail.com

Resumo: O trabalho analisa resultados de uma investigação sobre formação do sujeito político na universidade. Realizamos duas entrevistas com estudantes da Escola Superior de Educação de Coimbra/Portugal que cumpriram o estágio docente em instituição de educação não-formal em Porto Alegre. Através dos conceitos de internacionalização e de política, refletimos sobre a experiência do estágio a partir das percepções das estudantes. Sinalizamos indicadores de qualidade entre universidade e sociedade, como: convivência e aprendizagem em diferentes contextos culturais, desenvolvimento pessoal e profissional, potencialização do sujeito político na perspectiva da inclusão social e democrática.

Palavras-chave: universidade; internacionalização; formação política.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo deste artigo é apresentar a análise e resultados parciais de uma investigação exploratória sobre a formação do sujeito político na universidade. Foram realizadas duas entrevistas semi-estruturadas com estudantes portuguesas do curso de Animação Sócio-Educativa da Escola Superior de Educação de Coimbra⁴ - Portugal (ESEC). Estas vieram ao Brasil no primeiro semestre de 2010 para realizar o estágio docente em uma instituição pública de educação não-formal, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

O intercâmbio acadêmico foi viabilizado pelo convênio entre a instituição de origem das estudantes e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Entretanto, em um primeiro momento, essa parceria foi firmada a partir do contato entre professores destas universidades e depois se formalizou institucionalmente por meio de um convênio. A parceria firmada entre os professores das universidades foi resultado de uma construção histórica. Em 2005, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, foi realizada uma oficina sobre Pedagogia para Cultura da Paz. Esta atividade envolveu o Grupo de Pesquisa InovAval/UFRGS⁵, coordenado pela Professora Doutora Denise Leite, e a ONG Ação para a Justiça e Paz⁶, de Portugal, coordenada pela Doutora Tereza Cunha, professora da ESEC. Esta relação possibilitou uma interlocução entre o mundo acadêmico e os movimentos da sociedade civil.

As estudantes da ESEC finalizaram, no primeiro semestre do corrente ano, o curso de Animação Sócio-Educativa, com duração de três anos. O curso enfoca a educação não-formal⁷ e o estágio é realizado em uma única etapa, que compreende a elaboração de um diagnóstico e a prática pedagógica, no final do último semestre. Uma das estudantes estagiou durante três meses, realizando oficinas envolvendo a temática de educação sexual e atividades de contação de história. A outra permaneceu cinco meses no país e também estagiou no mesmo local. As dinâmicas de suas oficinas envolveram o teatro do oprimido e jogos. As oficinas integraram crianças e adolescentes e foram realizadas uma vez por semana e com duração de duas horas.

Antes de iniciar a prática de ensino, durante um mês, ambas observaram o trabalho dos educadores populares da instituição. Desta prática resultou um diagnóstico, tendo como objetivo detectar os principais problemas e/ou dificuldades das crianças e adolescentes atendidas neste espaço. Posteriormente, os planejamentos de ensino foram elaborados buscando intervir na realidade observada.

Pretendemos, através dos conceitos de internacionalização e de política, refletir sobre a experiência do estágio a partir das percepções e expectativas vivenciadas pelas estudantes na sua condição de sujeito político. Assim, por meio das falas e das leituras do relatório do estágio, buscamos detectar alguns elementos que evidenciam a formação política das educadoras, aspectos que potencializam a qualidade na relação universidade e sociedade.

Pensamos que a experiência de estágio analisada sustenta-se na consideração de qualidade como um conceito que envolve concepções de mundo, de sociedade e de educação, balizando as dinâmicas formativas relacionadas a atividades fins da universidade (ensino, pesquisa e extensão). Buscamos subsídios em publicação de Morosini (2009), que se baseia em documento publicado pela UNESCO para conceituar qualidade como:

um conceito multidimensional que deve envolver todas as funções e atividades: ensino, programas acadêmicos, pesquisa e fomento da ciência, ambiente acadêmico em geral. Uma autoavaliação interna e transparente e uma revisão externa com especialistas independentes, se possível com reconhecimento internacional, são vitais para assegurar a qualidade. Devem ser criadas instâncias nacionais independentes e definidas normas comparativas de qualidade, reconhecidas no plano internacional. Visando a levar em conta a diversidade e evitar a uniformidade, deve-se dar atenção aos contextos institucionais, nacionais e regionais específicos. Os protagonistas devem fazer parte integrante do processo de avaliação institucional. (MOROSINI *apud* Delors et al., 2006, p. 47, Art. 11, Alínea a)

Este conceito relaciona qualidade com especificidade institucional, envolvendo valores como legitimidade, transparência, criatividade e protagonismo acadêmico. Nesta perspectiva consideramos a educação como um bem público, em contraponto à concepção da educação como mercadoria.

Outro aspecto relacionado à ideia de qualidade refere-se à noção de equidade, (MOROSINI, 2009) fundamentado no documento da UNESCO.

Parte-se da aceitação que o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação deve ocorrer no marco de um projeto social e educativo comprometido com a equidade e com a qualidade. (...) não podemos esquecer que a opção de tornar mais eficientes essas aprendizagens deve considerar mais as potencialidades das pessoas – e muito particularmente dos professores – e o respeito às identidades culturais, antes que as próprias promessas da tecnologia. (MOROSINI *apud* Unescopresse, 2000, p.4)

Conforme Morosini (2009) a equidade em educação tem duas dimensões: uma relacionada à questão da justiça, envolvendo aspectos pessoais e sociais, enquanto a outra diz respeito à inclusão, considerando um patamar mínimo de educação para todos.

A estrutura deste estudo está organizada da seguinte forma: apontamentos sobre a internacionalização do ensino superior, análise das entrevistas, tendo por referência autores como Arendt (2004), Chauí (2007), Novaes (2007) que contribuem para a noção de formação política e as considerações finais.

INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O fenômeno da globalização ocasionou inúmeras transformações no modo de pensar a educação superior. É possível observar a complexidade desse fenômeno que acaba por proporcionar a percepção de que os problemas atuais não mais são respondidos da forma tradicional. Neste contexto, ressaltamos os desafios de formar profissionais aptos a atuar em uma sociedade que vive em constantes transformações. Ocorre que os modelos⁸ de universidade adotados até então, são insuficientes diante de uma sociedade que exige um profissional competente para apresentar novas respostas em contextos de incertezas. Hoje, é necessário aceitar a existência de novos vínculos, sujeitos e direitos a serem pensados também com outra perspectiva, sob pena de se reproduzir uma mentalidade insuficiente às necessidades que o mundo global exige. Boaventura de Souza Santos ressalta que:

As transformações da última década foram muito profundas e, apesar de terem sido dominadas pela mercadorização da educação superior, não se reduziram a isso. Envolveram transformações nos processos de conhecimento e na contextualização social do conhecimento. Em face disso, não se pode enfrentar o novo contrapondo-lhe o que existiu antes. [...]. A resistência tem de envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da universidade na definição de solução colectivas dos problemas sociais, nacionais e globais. (2005, p. 61)

Cumpre destacar que a necessidade de rever os modelos educativos também ocorre nas instituições europeias que promoveram profundas transformações baseadas na ideia de um novo modelo de universidade. Como exemplo, podemos mencionar o Processo de Bolonha, que promoveu o movimento europeu de reforma do Ensino Superior. Fruto dessa proposta constata-se uma mudança significativa no cenário educacional. Notamos que, em grande medida, o modelo pedagógico proposto no cenário europeu está atrelado ao desenvolvimento de um novo

olhar sobre a educação. A proposta de uma educação sem fronteiras, centrada em métodos ativos de aprendizagem e no desenvolvimento de competências para a tomada de decisões em cenários incertos, torna-se cada vez mais presente na realidade das instituições de ensino.

Neste momento, observamos a emergência do paradigma das sociedades tecnologicamente avançadas, evidenciando a transição de uma concepção de mundo geradora de um novo conceito de sociedade (SANTOS, 2004). Os ditos antigos modelos de universidade, estão tendo que conviver com características incidentes sobre o redesenho das universidades⁹. Diante deste cenário, acredita-se que algumas instituições de ensino superior (IES) brasileiras estão buscando ou aprimorando diversas maneiras para acompanhar as necessidades de um mundo globalizado. Segundo Morosini (2008), a globalização encontra-se presente nas instituições por meio da

mobilidade global dos estudantes, em novos provedores de educação superior – principalmente universidades privadas, campus de universidades americanas, franchising e modelos universitários de educação à distância, liberalização dos serviços educacionais, acordos de comércio internacionais [...]. (MOROSINI, 2008, p. 290)

É neste contexto que se destaca a internacionalização, que no campo da educação superior, além de não ser um fenômeno recente, representa um amplo contexto das políticas públicas, estando ainda em construção. Podemos dizer que a partir do acentuado processo de globalização dos anos de 1990, uma ampla discussão sobre a cooperação internacional da área das instituições de ensino superior foi iniciada, resultando em uma maior visibilidade e fortalecimento desse campo no contexto mundial. Neste processo, percebemos uma clara intenção de associar a globalização e a educação, pois:

a internacionalização da educação superior passou a ser entendida como um conceito amplo, muito abrangente, que pode envolver a cooperação internacional, mas se refere também a mudanças que ocorrem dentro de uma determinada instituição, através de iniciativas políticas e de caráter específico (UNESCO/Brasil, 2003, p. 154).

Nessa direção, destacamos que no processo de internacionalização do ensino superior não são apenas aspectos geográficos que estão em jogo, mas também as transformações que ocorrem dentro de cada instituição. Nos últimos tempos, essa questão da internacionalização ultrapassa o cenário de mobilidade acadêmica estudantil. Segundo demonstra Aupetit (2005) dentre as questões em pauta, estão: a função da avaliação, a prestação de contas, o reconhecimento de títulos e a revalidação dos créditos cursados, etc. Além disso, cabe salientar que a internacionalização é um conceito que pode ser interpretado por diferentes aspectos¹⁰, como demonstra Morosini:

[...] com uma diversidade de termos relacionados, apresentando diversas fases de desenvolvimento. São citadas: a) *dimensão internacional* – presente no século XX, que se caracteriza por ser uma fase incidental mais do que organizada; b) *educação internacional* – atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional; e c) *internacionalização da educação superior*, posterior à guerra

fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e a regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior. (2006, p. 115)

A internacionalização é uma temática que vem ocupando um importante espaço no processo de decisão no contexto de elaboração das políticas educacionais. Em documento publicado pela UNESCO (2003, p.6), observamos elementos considerados fundamentais à mundialização, que são: o estabelecimento de novos acordos comerciais que abarcam o comércio dos serviços de educação, pautados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) que defende a ideia da educação como um serviço e não como um bem público; as inovações relacionadas às técnicas da informação e da comunicação, e a importância atribuída a economia de mercado.

Em 1998, na Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Superior, cujo objetivo centra-se no debate sobre a cooperação internacional, ficou estabelecido na Declaração Mundial do evento, em seu artigo 11, § b, que,

a qualidade exige também que a educação superior se caracterize pela sua dimensão internacional: intercâmbio de conhecimento, redes interativas, mobilidade dos professores e estudantes e projetos internacionais de pesquisa, ao mesmo tempo em que leva em conta os valores culturais e as circunstâncias dos países (Brasil, 2003).

Com base nas informações apresentados cabe destacar que este trabalho visa apontar concepções acerca da internacionalização do ensino superior, relacionando com as experiências das estudantes portuguesas que realizaram o estágio curricular favorecido pelo intercâmbio acadêmico com o Brasil. Um problema abordado pelas educadoras foi a falta de apoio financeiro para realizar o intercâmbio. É interessante ressaltar que para conseguir dinheiro para financiar sua vinda ao Brasil, a educadora um trabalhou com serviço de limpeza durante alguns meses na Alemanha. Além disso, a estudante teve que solicitar um empréstimo no banco para complementar suas finanças para se manter no Brasil durante cinco meses. Enfim, mesmo tendo passado por algumas dificuldades, ela salienta que muito do que viveu, pessoal e profissionalmente, foi possibilitado pelo intercâmbio.

Sobre a escolha de estagiar no país, a educadora um ressaltou o contato entre as professoras de ambas as instituições (ESEC e UFRGS), além do fato de ser apaixonada por aspectos da cultura brasileira, como a música. Observou ainda o desejo de que seu estágio curricular lhe permitisse intervir diretamente na realidade. Ao mesmo tempo, a educadora dois expressou o desejo que tinha de viajar e conhecer outras culturas. Nesta experiência visualizamos, através dos depoimentos das educadoras, a importância do intercâmbio para o conhecimento de outras realidades sociais e culturais, da pluralidade humana e da atuação institucional. Elementos que consideramos relevantes na potencialização da formação política.

FORMAÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO: INDÍCIOS EMERGENTES NAS FALAS DAS EDUCADORAS

A formação humana como constituição dos sujeitos ocorre no conjunto das relações que se dão na natureza, na sociedade e historicamente. Esta dinâmica pressupõe uma antropolo-

gia filosófica capaz de compreender os seres humanos existindo sob medições histórico-sociais. De acordo com Severino (2006, p.621),

a educação não é apenas um processo institucional e instrucional, seu lado mais visível, mas fundamentalmente um investimento formativo do humano, seja na particularidade da relação pedagógica pessoal, seja no âmbito da relação social coletiva.

A compreensão da política como liberdade, segundo Arendt (2004), como um fim em si mesmo, é um exercício dialógico e respeitoso que qualifica o fazer político possibilitando novos modos de viver, de ser e de estar no mundo. A ação política como liberdade humana construída como ação entre os homens, é uma atividade que nasce da pluralidade pressupondo diversidades e consensos. A diversidade permite dar sentido à política, entendida como criação permanente de direitos.

Para que a política adquira uma maior importância na vida das pessoas é necessário enfatizar a necessidade de identificação do sujeito com a *res publica*¹¹, reconhecer que para isso deve existir uma identidade comum mesmo diante da pluralidade de concepções e de finalidades que referenciam suas ações. Ou seja, concomitante a diversidade, os sujeitos partilham um conjunto de princípios éticos e políticos que os unem enquanto coletividade (MOUFFE, 2001). Os princípios de liberdade, igualdade, passíveis de disputa de significado são referenciais importantes para construção de um espaço público democrático.

Para potencializar a formação humana na universidade, apontamos pistas que possam tensionar algumas práticas cristalizadas sustentadas por um senso comum conformado, direcionado pelos diferentes meios de formação, que advogam “verdades” sobre o significado e a finalidade da política e não reconhecem a legitimidade de diferentes perspectivas. A partir disso, observa-se que os dados emergentes das entrevistas realizadas demonstraram a preocupação das educadoras portuguesas com a formação humana dos seus educandos para além da mera instrução. Nas suas falas evidenciou-se a intenção de contribuir para a constituição de sujeitos que não sejam reprodutores de uma realidade inquestionável.

A educação, e, neste caso, a educação não formal, urge como possibilidade de intervenção social contribuindo para a reconfiguração/[re]significação do que é ser um cidadão no contexto contemporâneo, tão criticado pela valorização do consumo e pela superficialidade das relações sociais estabelecidas. Neste sentido, Dibie, (2007), quando elabora reflexões sobre o esquecimento da política na sociedade atual, argumenta que o cérebro humano pode ser comparado ao tubo de recepção de imagem (televisão), no qual muitas informações e imagens circulam em velocidade vertiginosa, mas que retém pouco sentido dos acontecimentos. Submetido a uma cultura comercial e de comportamento consumista, a educação política se desvaloriza, sendo esse o dilema das democracias liberais de subcidadãos consumidores.

Retomando a questão da educação, que fora desvalorizada, é preciso, portanto, resgatá-la em prol de uma formação de sujeitos mais atuantes no cenário contemporâneo. Conforme a educadora um:

Quando entrei na Animação Sócio-Educativa nunca pensei que iria questionar tanto o que é educação. A educação é uma ferramenta de intervenção [...]. A educação formal constrói sujeitos adaptados a uma realidade sem voz e de poucos cidadãos. Eu acho que a educação [não-formal] tem essa questão da formação do sujeito político, um sujeito que questiona o mundo em que está e que tem capacidade de atuação sobre ele.

Nesse sentido, a educação não-formal adquire uma dimensão de formação política dos sujeitos envolvidos. Porém, compreendemos que a educação, tanto formal como não-formal, como prática social e política, veiculam conhecimentos, saberes e valores que expressam as contradições da sociedade constituída historicamente, incidindo nas ações individuais e coletivas. A educação pode ser mais que uma mera reprodução dos modelos dominantes na sociedade, mas espaço de conflito e possibilidades humanas.

Outro aspecto que emergiu na concepção das educadoras foi a valorização da cultura no processo educativo. As educadoras, em parceria, elaboraram um cartaz cultural sinalizando atividades em museus e outros espaços que crianças e adolescentes, atendidos pela Instituição, não estavam acostumados a frequentar. A educadora dois observa que a segregação cultural é uma característica do público que é atendido pela instituição e esta realidade deve ser problematizada. A educadora não desvaloriza as práticas culturais dos seus educandos (músicas, filmes, comportamentos, enfim), porém ressalta que eles apenas conhecem essas práticas como realidade possível. Enfatiza que é importante conhecer mais de uma forma de estar no mundo. A educadora um acrescenta que:

As crianças, as pessoas no geral, que só tem contato com a sua realidade ficam avessas à diversidade. Compreender a diversidade do mundo globalizado e abrir novos horizontes.

Se pensarmos a política a partir das contribuições de Arendt (2004), como um modo de vida antes de tudo e como possibilidade de criar outras formas de existência e de comunidade, podemos considerar o posicionamento das educadoras como ação política, através das palavras e dos feitos relatados. A ação pode ser entendida como uma atividade política por excelência, com a criação de novas ideias, valores e condutas necessárias à formação humana.

Nessa perspectiva de política para além da técnica, da atividade profissional circunscrita a algumas personalidades, o pensamento político se fortifica e ganha sentido na prática diária das pessoas como um todo. Assim, a educação pode contribuir para a formação humana mais plena e para o fortalecimento do pensamento político. De acordo com a educadora dois:

Educar, educação é à base de tudo. Sem educação não podemos querer um país progressista com uma evolução boa, econômica, cultural, em todos os níveis. Para ser um cidadão, uma pessoa e não um animal irracional. É através da educação que somos pessoas. [...] Para mim como educadora, educadora não formal, é a educação que desenvolve o ser humano em todos os níveis, cultural, emotivo, social. A educação é imposta, não é explicada, é fazer o que os outros mandam, hierárquica, autoritária. É uma educação para fins econômicos. Tu tens que ir à escola porque tu tens que ter uma profissão, um trabalho para sobreviver nessa sociedade. É importante ter uma profissão, mas para mim o mais importante é nos emancipar como seres humanos que nós somos.

A educação não-formal, de acordo com a educadora dois, é um comprometimento com o desenvolvimento dos sujeitos na dimensão pessoal, mas também diz respeito ao coletivo, quando destaca a educação para a cidadania. A educação não-formal surge, também, como um compromisso social. Conforme a educadora um:

A educação formal e a sociedade capitalista também não formam sujeitos para questionar. E se as questiona-se, muita coisa se alteraria. A verdade é que a maior parte das pessoas não está satisfeita com as suas vidas e nem sabem por quê.

Lendo as palavras da educadora um, podemos perceber a ênfase dada à estrutura econômica e social como influência a comportamentos passivos, assim como a ignorância sobre a própria insatisfação pessoal na dimensão mais subjetiva dos seres humanos, uma apatia em relação às suas vidas.

Bignotto (2007) em suas contribuições sobre o esquecimento da política observou que nas sociedades industriais e nas jovens democracias uma apatia que envolve cidadãos preocupados com seus interesses individuais, voltados ao consumo e à competição no mercado e, por conseguinte, desinteressados pela vida pública. A apatia pode ser interpretada, segundo o autor, ou como um sinal de que os “cidadãos estão contentes com o rumo que a vida política tomou” (p. 89), ou como sinal de que os cidadãos não possuem instrução suficiente para participar dos debates políticos. Na base da democracia estaria um cidadão-consumidor lutando por seus interesses individuais. Isso implica o esvaziamento da cena pública e a dispensa das virtudes cívicas dos cidadãos, reforçando a concepção liberal de democracia, afetando a participação dos sujeitos da vida política.

Sobre a concepção liberal de democracia temos as contribuições da filósofa Chantal Mouffe (2001). Para essa autora, é evidente o descontentamento dos cidadãos com a política e de seu desapeço às instituições e aos partidos, sentimentos que afetam corrosivamente a adesão popular aos temas políticos. É importante reverter os efeitos negativos da descrença na política e para tanto se faz necessário a existência de práticas que possam constituir sujeitos com capacidade de argumentação e juízos para atuar no espaço público. A questão fundamental para a filósofa é: quais são as condições de existência desses sujeitos? Como sugestão considera que cidadãos mais participativos são possíveis com o fortalecimento de espaços públicos vibrantes, e, discursos que reforcem os valores democráticos.

E, nesse sentido, acreditamos na educação como possibilidade de mudança e fortalecimento de uma vida política tanto mais pública quanto mais democrática. Referindo-se a sua ação como educadora não formal, a educadora um pondera:

Sem dúvida [minha atuação] é uma inserção política. O próprio centro, a forma como ele funciona já tem um “q” participativo por haver assembleias diárias. Por mais que as crianças não tenham inserção total ou a vontade, mas o fato de haver um espaço de assembleia e dizer o que a gente quer, isso é uma forma democrática e política. Temos reuniões gerais. Na minha intervenção pessoal e meu diálogo com as crianças, seja o próprio trabalho que estou fazendo com o teatro do oprimido, é claramente político. Somos espectadores¹². Além da possibilidade de observar, temos a possibilidade de transformar. Isso é bastante político.

A partir dessas considerações, podemos refletir sobre a importância da construção de espaços de diálogos, de fala e de escuta, tão importantes para o fortalecimento do processo democrático. Diferentes posicionamentos, a pluralidade de opiniões e a necessidade de se estabelecer um consenso provisório é um exercício também político que pode se efetivar no interior da instituição e relevante para o desenvolvimento dos educandos. As estudantes explicitam que esse espaço de participação, ainda que seja um exercício incipiente, deve ter a sua importância reconhecida.

A educadora um ressalta que a dinâmica das oficinas realizadas se pautava pelo diálogo, considerando que “eu não sabia mais que eles. Ninguém sabe mais que ninguém. Estamos em pé de igualdade”, referindo-se às crianças e aos adolescentes. A partir desta consideração a educadora um agrega uma concepção diferenciada, quando se refere aos educadores da instituição, podendo estar presente certa contradição.

Eu considero que eu vim contribuir lá [na instituição] com algo de novo. [...] Elas fazem educação-não formal, mas não ouviram a expressão, mas não sabem que estão fazendo. Eu fui lá para fazê-los perceber que eles estão a fazer educação não-formal e como podem fazer melhor, ou seja, lá ainda há muita aquela questão do professor e do aluno e da hierarquia.

Outros aspectos considerados nas entrevistas realizadas com as estudantes portuguesas, foram as dificuldades encontradas durante o estágio curricular realizado no Brasil. A educadora um observou que a instituição poderia ter um projeto de intervenção mais longo, dedicando mais tempo até mesmo para o processo de avaliação realizado durante as intervenções (oficinas).

A educadora dois, por sua vez, observou que a partir do estágio realizado no Brasil, ela aprendeu como funciona uma instituição, considerando suas hierarquias, sua organização e o seu sistema como um todo. Destacou, ainda, o aprendizado que adquiriu ao se relacionar com educadores sem formação pedagógica, mas que possuíam muita experiência de vida. Afirma ainda que a contribuição proporcionada a partir do intercâmbio relaciona-se com o fato dela ter cursado uma graduação em uma instituição em um país completamente diferente do Brasil. Assim, ela conseguiu aplicar metodologias aprendidas em um curso de Portugal, em uma instituição brasileira. Conforme explicita esta educadora,

Não dá para ter essa sensação sem vivenciar. Ir para outro país estagiar é aprender uma nova cultura.

Ela continua afirmando que,

Temos que abrir nossas mentes para outras perspectivas que não estamos habituados. Temos que fazer um esforço ao nosso pensamento para mudar um pouco. Há coisas que não foram movimentadas no nosso pensamento. [Devemos] propor um esforço para [o] pensamento mudar um pouco. [...] E ao serem [movimentados] vão se criar novos pensamentos ou novas maneiras de ser e de estar. Isso vai ser bom quando eu voltar para Portugal e para outro país, porque eu vou aprender mais formas de estar com as pessoas.

O equilíbrio entre a formação profissional e a capacidade política e ética parece ser o critério definidor de um ensino socialmente relevante. A reforma do pensamento e de posturas diante da vida, em todas as suas dimensões, pode nos desestabilizar, provocar rupturas e produzir imaginações possíveis para forjar coletivos potentes, marcados pela inesgotável singularidade humana. Esta dinâmica de resgate de uma política, no sentido original, referente a polis, lugar onde se convive, onde se cultivam tradições, se faz história e se constrói identidade, não estão imunes às nossas limitações e fragilidades, num movimento de incertezas e possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade, o processo de internacionalização da educação superior e a formação política no contexto contemporâneo podem se articular, através das suas atividades-fim, no horizonte de tensionamento da lógica do mercado, da formação do especialista e do técnico em detrimento da formação política da cidadania. A universidade atravessada pelos interesses do mercado, pela lógica privada é desafiada por outras perspectivas e práticas que visam desconstituir a conformidade na sociedade. Nesta perspectiva podemos interferir no debate sobre as políticas públicas, sobre o significado formativo das instituições e a necessidade de fortalecimento de uma cultura cívica, levando em consideração o cotidiano acadêmico e suas relações com a sociedade. Através dos processos de ensinar e aprender, das práticas de pesquisa e na possibilidade da universidade interagir com a sociedade, pode-se ampliar a sua relevância social e política.

Consideramos que a universidade é uma instituição social que exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. No interior desta instituição percebemos a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que expressam divisões e contradições existentes da sociedade. A instituição social aspira à universalidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida como seu princípio e sua referência normativa e valorativa (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão (CHAUÍ, 2003).

Na perspectiva de imprimir finalidades à universidade e potencializar seus processos de ensino, pesquisa e interlocução com a sociedade, temos o desafio de questionar a racionalidade instrumental que sustenta a lógica quantitativa e produtivista. Precisamos conectar o fazer cotidiano/institucional com um pensar sobre o sentido das práticas formativas na universidade, constituindo uma cidadania mobilizada pelos princípios da solidariedade, da justiça e da responsabilidade social, em que as questões éticas e políticas estejam presentes permanentemente, na possibilidade de reinvenção do humano.

A universidade do século XXI, apontada por Santos (2004) será menos hegemônica, mas não menos necessária. A sua especificidade como bem público reside em ser ela a instituição que liga o presente a médio e a longo prazo pelos conhecimentos e pela formação que produz, bem como pelo espaço público de discussão aberta e crítica que constitui.

Por fim, o sentido de universidade - que buscamos como horizonte nesta reflexão - é uma universidade comprometida com os processos democráticos nos quais, as práticas por ela instituídas podem contribuir neste processo. Para tanto, a interlocução deverá se constituir na reinvenção de saberes e poderes. A vinculação da experiência como formação política, a partir da ação, como palavras e feitos pode fortalecer a esfera pública¹³, em uma ação que visa a qualificação dos sujeitos.

Considerando os aspectos citados, destacamos que a partir do intercâmbio as estudantes portuguesas puderam alargar sua visão de mundo, conhecendo uma realidade diferenciada, considerando peculiaridades regionais, institucionais, entre outros. O contexto sociocultural e a formação universitária das estudantes indicam a preocupação em pensar e atuar em um contexto de educação não-formal, numa perspectiva de responsabilidade e qualidade social, para além da instrução que sustenta a ação de um técnico/especialista.

A partir da experiência do intercâmbio sinalizamos alguns indicadores de qualidade que possam potencializar a relação universidade e sociedade, tais como: convivência e aprendizagem em diferentes contextos culturais, desenvolvimento pessoal e profissional, potencialização do sujeito político na perspectiva da inclusão social e democrática.

O processo proporcionado pelas relações estabelecidas pela internacionalização do ensino superior pode ter possibilitado algumas mudanças institucionais, coletivas e individuais. Neste sentido, acreditamos que a experiência vivenciada pelas estudantes tenha contribuído para o seu processo formativo, gerando possíveis tensionamentos institucionais, abordagens mais politizadas, socialização de saberes, enfim o repensar sobre suas vidas e suas práticas, como sujeitos comprometidos com a política e a democracia.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hanna. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitare, 2004.
- AUPETIT, Sylvie Didou. Internacioalizacion y proveedores externos de educacion superior em los países de América latina y en elcaribe: principales problemas. Departamento de Investigaciones Educativas Centro de investigación y de Estudios Avanzados (DIE/CINVESTAV) MÉXICO, marzo, 2005. Disponível em: www.iesalc.unesco.org.ve Consultado em: 15/11/2009.
- BIGNOTTO, Newton. Uma sociedade sem virtudes? In: NOVAES, Adauto (org). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- BRASIL. *Educação superior: reforma, mudança e internacionalização*. Anais. Brasília: UNESCO Brasil, SESU, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *A universidade pública sob nova perspectiva*. Conferência de abertura da 26ª. Reunião Anual da ANPEd Poços de Caldas, MG, 05 de outubro de 2003.
- CHAUÍ, Marilena. O que é política. In: NOVAES, Adauto (org). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- DIBIE, de Pascal. A Política sem Nome In: NOVAES, Adauto (org) *O Esquecimento da Política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- LEITE, Denise. Modelos Institucionais, Avaliação e Isomorfismos. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (organizadores). *Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

- MOROSINI, Marília C. Estado do conhecimento sobre internacionalização. *Revista Educar*, Curitiba, n. 28, p.107-124, 2006, Editora UFPR.
- MOROSINI, Marília. Internacionalização da Educação Superior no Brasil Pós-LDB: o impacto das sociedades tecnologicamente avançadas. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (organizadores). *Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.
- MOROSINI, Marília. Qualidade na educação superior: tendências do século In: *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago, 2009.
- MOROSINI, Marília. Internacionalização da Educação Superior: um modelo em construção? In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (organizadores). *Modelos Institucionais de Educação Superior*: Brasília, 13 e 14 de outubro de 2005. Brasília: INEP, 2006.
- MOUFFE, Chantal. Globalização e cidadania democrática. *Revista da Faculdade de Direito*. UFPR, V. 36, 2001.
- NOVAES, Adauto. Políticas do esquecimento. In: NOVAES, Adauto (org). *O esquecimento da política*. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- OUTHWAIT, Willian; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 661.
- ROSSATO, Ermélio. *As funções da universidade segundo Anísio Teixeira*. Tese (Doutorado em Educação) – UFRGS/RS, Porto Alegre. 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A Universidade do século XXI: para um reforma democrática e emancipatória da universidade*. SP: Cortez, 2004.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *A busca do sentido da formação humana: tarefa da filosofia da educação*. In: Educação e pesquisa. São Paulo, SP Vol. 32, n. 3 (set./dez. 2006), p. 619-634.
- UNESCO. *Educación Superior en una sociedad mundializada*. Sector de educación de la UNESCO. Documento de posición. 2003. Disponível em: www.iesalc.unesco.org.ve

NOTAS

(ENDNOTES)

- 1 Licenciada, Bacharel e Mestre em História pela PUCRS. Especialista em Educação pela UFRGS. Doutoranda em Educação pela UFRGS.
- 2 Licenciada em Filosofia pela UFSM. Mestre em Educação pela PUCRS. Doutora em Educação pela UFRGS. Professora do PPG/EDU da UFRGS.
- 3 Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais. Mestranda em Educação da UFRGS.
- 4 Para maiores informações ver: <https://www1.esec.pt/index.php>
- 5 Mais informações no site: <http://paginas.ufrgs.br/inov>
- 6 Mais informações no site: <http://www.plataformaongd.pt/site.aspx?info=ongd/listaassociadas&id=71>
- 7 Por ser mais flexível, não segue necessariamente todas as normas e diretrizes estabelecidas pelo governo federal. É geralmente oferecida por instituições sociais governamentais e não-governamentais e resulta em formação para valores, para trabalho e para a cidadania. Fonte: Comped, 2001. Estas informações podem ser encontradas em: <http://inep.gov.br/pesquisa/thesauros/thesauros.asp?tel=122175&te2=122350&te3=37499>
- 8 Para maiores informações sobre os modelos educacionais, ver: ROSSATO, Ermélio. *As funções da universidade segundo Anísio Teixeira*. Porto Alegre: PPGEDU-UFRGS, 2003. Tese doutorado.
- 9 Redesenhos esses como: avaliações classificatórias, o capitalismo acadêmico, a gestão de caráter gerencialista, as universidades empreendedoras, o mercado no campus, as decisões de fora para dentro das instituições, além da instalação de campi fora de sede. Mesmo não objetivando aprofundar sobre o tema, é importante ressaltar a emergência de diversos modelos como: da universidade global e liberal híbrida, da empreendedora ou inovadora e, da empresarial e corporativa. Para maiores informações ver: LEITE, Denise. Modelos Institucionais, Avaliação e Isomorfismos. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília

(organizadores). *Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

- 10 Pode ser encontrado na historiografia sobre o tema com os seguintes termos: cooperação internacional, educação internacional, educação transnacional, educação sem fronteiras e educação através das fronteiras.
- 11 “A expressão romana *res publica* subentende que as coisas que são públicas devem ser de interesse público: quem deve gerir o estado são os cidadãos ativos, não são reis, as oligarquias aristocráticas ou mesmo um partido. Os cidadãos tratam-se mutuamente como iguais. A cultura pública da política é muito diferente da tomada particular de decisões em autocracias”. OUTHWAIT, Willian; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do Século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 661.
- 12 São espectadores e atores ao mesmo tempo.
- 13 Segundo Arendt (2004) a esfera pública é entendida como tudo que pode ser visto e ouvido por todos. O público é estruturalmente dependente da pluralidade humana que possibilita o mero começo, um processo de inovação da política feita por cada nova vida humana.